

Resenha

Escolas para todos Caminhos para a inclusão

Manzini, E. J. (Org.). (2006). *Inclusão e acessibilidade*. Marília/SP: ABPEE, ii + 180p.

Organizado por Eduardo José Manzini, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) e coordenador da 8ª Jornada de Educação Especial (JEE) da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - campus Marília, o livro, aqui resenhado, apresenta os textos da conferência de abertura e das mesas-redondas desse evento. A JEE congrega pesquisadores e educadores de todo país a cada biênio e tem sua qualidade reconhecida pela comunidade científica.

Além de um prefácio redigido pelo organizador, a obra contém 15 capítulos que abordam o tema “Inclusão e Acessibilidade”, eixo-chave dos debates da 8ª JEE. Oito subtemas são contemplados: “experiências internacionais em inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais” (NEEs); “formação de professores numa perspectiva inclusiva”; “práticas pedagógicas e a inserção sócio-cultural do deficiente”; “políticas em educação especial”; “tecnologia assistiva e educação especial”; “acessibilidade: recursos e procedimentos para a inclusão escolar”; “a questão da (dê)institucionalização da deficiência: diferentes perspectivas”; e “trabalho e deficiência”.

O primeiro capítulo – Experiências internacionais em inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais –, escrito por Mônica Pereira dos Santos e apresentado na conferência de abertura da 8ª JEE, apresenta o estado atual da arte sobre inclusão escolar em dois países: Índia e África do Sul. A análise feita pela autora revela que, nos países focados, no Brasil e, até mesmo, em outras nações desenvolvidas, a inclusão escolar enfrenta barreiras relacionadas a “políticas que geram uma cultura de competição entre as escolas, padronização e inflexibilidade curricular e falta de infraestrutura apropriada nas escolas, além de uma perda considerável de status profissional para o magistério” (p. 12). Por fim, o processo

comparativo, ainda que focado somente em dois países, mas tendo o cenário brasileiro como “pano de fundo”, revela que “é preciso fazer algo. Já!” (p. 14).

Após uma introdução, Lúcia de Araújo Ramos Martins, autora do segundo capítulo – Formação de professores numa perspectiva inclusiva: algumas constatações, apresenta o projeto “Formação de profissionais para a educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais: desenvolvimento e avaliação de programas”. Trata-se de um programa de capacitação profissional desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte desde 2004, que, no entanto, também abrange a Paraíba e Sergipe. São apresentados, mais especificamente, dois cursos – “Formação de Gestores e Educadores”; e “Atualização de Docentes sobre Altas Habilidades” – e os resultados de uma pesquisa de campo com delineamento de levantamento efetuada com os participantes desses cursos. Por fim, a autora retoma a importância de formação inicial e continuada dos profissionais que têm o desafio de implementar escolas inclusivas.

Enicéia Gonçalves Mendes, no terceiro capítulo – Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho para o desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar – apresenta uma proposta alternativa à dicotomia, bastante presente no contexto brasileiro, entre educação especial e ensino regular. Trata-se do ensino colaborativo ou co-ensino. Além de efetuar uma revisão de literatura ampla e consistente sobre o tema, a autora apresenta os resultados obtidos em “pesquisas sobre colaboração e inclusão escolar no Brasil” (p. 33). Apesar do foco ser o co-ensino, o capítulo também retrata os resultados obtidos em um estudo sobre consultoria colaborativa. Após ler o capítulo de Mendes, o leitor, inevitavelmente, constatará que colaborar é um dos caminhos que os profissionais de educação devem

necessariamente trilhar rumo a uma educação inclusiva bem sucedida.

O quarto capítulo – Práticas pedagógicas e a inserção sócio-cultural do deficiente: a complexidade da proposta – faz uma reflexão sobre as possibilidades e as limitações dos processos de educação formal serem mediadores de uma efetiva participação dos deficientes na vida social. Apoiada em uma perspectiva sócio-histórica, Anna Maria Lunardi Padilha se esquivava de uma simplificação do debate e tece uma série de questões que deveriam ser alvo de uma profunda reflexão por parte daqueles que, direta ou indiretamente, trabalham com educação. Dentre elas merecem destaque: “Que inserção queremos? Que exclusão queremos? Que exclusão não queremos?” (p. 49).

Em Direitos sexuais uma conquista para as pessoas com deficiência, Hugues Costa de França Ribeiro realiza uma revisão histórica do percurso trilhado até o momento na busca de garantir os direitos sexuais das pessoas com deficiência. Para tanto, o autor recorre a uma série de documentos, especialmente à Declaração dos Direitos Sexuais (OPS/OMS/WAS, 2000).

Claudia Pereira Dutra, representando a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC, cita, no capítulo Políticas públicas de inclusão e o papel da educação especial, uma série de documentos nacionais e internacionais para ressaltar a opção que o Brasil fez pela educação inclusiva e para discutir o papel da educação especial nesse processo. Todavia, ao apresentar os resultados do Censo Escolar (1998 a 2005), fica evidente que ainda há, inclusive no que se refere exclusivamente à presença de estudantes com NEEs em salas de aula e escolas comuns do sistema regular de ensino, um longo caminho pela frente.

No quinto capítulo – Práticas pedagógicas e o acesso ao conhecimento: análises iniciais –, Mônica de Carvalho Magalhães Kassar propõe uma reflexão sobre a “apropriação do conhecimento pelo aluno” com e sem deficiência. Para tanto, a autora compara a educação ofertada em uma escola especial e em uma sala de aula de uma escola comum, bem como faz uso de dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico

(SAEB) para evidenciar que a escola tem falhado para todos os alunos quando se trata de assegurar o acesso ao conhecimento por meio de práticas pedagógicas.

Rosita Edler de Carvalho, no sexto capítulo – Políticas em educação especial, destaca os movimentos nacionais e internacionais que têm gerado políticas de educação especial que almejam garantir a todos o direito à educação. Reflete, também, sobre como os processos históricos são fundamentais para compreendê-las, para concluir sugerindo procedimentos que devem ser adotados ao se implementar uma política educacional inclusiva.

Os dois capítulos subsequentes – Lupas eletrônicas como ferramentas de auxílio para alunos com baixa visão: x lupa, um ampliador de tela inteligente (Jorge Bidarra, Ivonei da Silva Freitas, Dorivaldo Rodrigues da Silva e Carlos Eduardo Rodrigues Diógenes) e Reflexões sobre a imagem: recurso na comunicação suplementar e alternativa no contexto da inclusão (Lúcia Reily) – apresentam recursos para que se superem, respectivamente, as barreiras visuais e de comunicação que atuam como fator de exclusão educacional para pessoas acometidas por certas deficiências. Outra característica comum aos dois capítulos diz respeito à engenhosidade envolvida na criação dos recursos.

O capítulo Por uma escola que ensine e não apenas acolha: recursos e estratégias para a inclusão escolar (9º), da mesma forma que os dois anteriores, tem como foco a questão dos recursos para a educação inclusiva. Porém, Miryam Bonadiu Pelosi adota uma estratégia textual um pouco distinta da escolhida pelos autores anteriores. Após um breve exame da literatura e de apresentar três estudos que ela mesma desenvolveu, a autora apresenta o caso de um estudante com paralisia cerebral, enfatizando os recursos e as estratégias necessárias para a inclusão escolar.

Marysia Mara Rodrigues do Prado de Carlo, tendo como suporte teórico a Psicologia Histórico-Cultural, reflete sobre Os processos interativos no desenvolvimento humano e a questão da (dês) institucionalização das pessoas com deficiência no décimo capítulo. A autora conclui que, se forem adotadas estratégias sociais eficazes, é possível

“promover a superação das condições restritivas do aparato biológico” (p. 150) que caracterizam várias deficiências. Ela destaca, ainda, a necessidade de programas educacionais e terapêuticos atuarem no desenvolvimento proximal.

Cristina Abranches Mota Batista também analisa a questão da (dê) institucionalização da deficiência. Todavia, preferiu efetuar um apanhado histórico de acontecimentos que culminaram no movimento da inclusão. O papel das OSCs (Organizações da Sociedade Civil) é destacado.

Os dois últimos capítulos – Trabalho e deficiência: velhos desafios e novos caminhos (Theresinha Guimarães Miranda) e Trabalho

das pessoas com deficiência: transformando barreiras em oportunidades (Paulo Ricardo Ross) -, como evidenciado pelos títulos, analisam o tema trabalho e deficiência. Ambos sinalizam para a necessidade de mudanças para que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho efetivamente ocorra.

A obra organizada por Manzini é, sem dúvida, fundamental para leitores direta e indiretamente (educadores, pesquisadores, pais, pessoas com NEEs etc.) envolvidos com educação especial e processos de inclusão. Apesar da elevada qualidade dos textos que compõem o livro, a leitura é ainda mais gratificante para aqueles que participaram da 8ª JEE.